

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 3
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-448-1

DOI 10.22533/at.ed.481202909

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A realidade das políticas públicas tem se tornando claramente complexas em função do número crescente de temáticas que, não apenas o Estado, mas a própria Sociedade Civil, passa a lidar no dia-a-dia no interesse da *res pública*, o que torna este campo de estudos particularmente rico na conformação de agendas de pesquisas e na projeção de análise descritivas e prescritivas com base em diferenciados paradigmas ideológicos.

Tomando como objeto central de pesquisa a realidade empírica das políticas públicas no Brasil, a presente obra se apresenta como um trabalho coletivo desenvolvido com várias mãos e em colaboração intelectual em distintas partes do país, resultando assim em uma peça investigativa que suscita um olhar plural por meio da combinação de distintos recortes teórico-metodológicos.

Fruto de um trabalho coletivo de 36 pesquisadoras e 18 pesquisadores oriundos de Instituições de Ensino Superior público e privadas, bem como de Instituições da Administração Pública, a presente obra apresenta o resultado de pesquisas desenvolvidas de modo colaborativo em 13 estados, refletindo assim sobre as políticas públicas em todas as cinco macrorregiões brasileiras.

Escrito por meio de uma linguagem simples e acessível a um amplo público, o presente livro fundamenta sua narrativa discursiva a partir da combinação de um conjunto de análises sobre a realidade das políticas públicas no Brasil em diferentes áreas temáticas, a qual se manifesta empiricamente em distintas escalas de espacialização ou mesmo de periodização no tempo.

O livro “As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 3” apresenta uma visão maximalista sobre as políticas públicas no Brasil a partir de uma leitura plural que se fundamenta em três eixos temáticos, sendo eles, respectivamente relacionadas a Administração Pública, Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), e Políticas Urbanas, Rurais, Fronteiriças e de Planejamento Territorial.

No primeiro eixo temático, 4 agendas de estudos sobre a Administração Pública são apresentadas por meio de discussões relacionadas às políticas públicas que valorizam a teoria do capital humano na gestão da inovação no setor público, mecanismos de controle social na Administração Pública, monitoramento e avaliação na gestão pública, bem como os processos motivacionais de agenda *setting*.

No segundo eixo temático, 6 capítulos exploram o sistema de proteção social e o mutagênico Estado de Bem Estar Social no Brasil, por meio de uma série de discussões que versam sobre desigualdade de renda no país, Sistema Único de Assistência Social, previdência, bem como temas de crescente abertura não estatal a atores de Economia Solidária e a Organizações da Sociedade Civil.

No terceiro eixo temático, os 9 capítulos finais do livro são apresentados por meio de discussões que versam sobre as políticas públicas de turismo, habitação e cultura na periferia, bem como políticas específicas que incidem nas fronteiras ou no contexto rural relacionadas à agricultura familiar, extensão rural e à participação de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Com base nos 19 capítulos apresentados nesta obra, por meio de uma lógica discursiva de gradação crescente nas temáticas abordadas, a pluralidade de pensamento se manifestou como uma peça chave para abordar distintas realidades temáticas das políticas públicas no tempo e no espaço, com base em *expertises* específicas dos pesquisadores envolvidos e em recortes teórico-metodológicos variados que valorizam a riqueza deste campo de estudos. Sejam todos bem vindos ao campo das políticas públicas. Excelente leitura!

. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O FATOR HUMANO COMO ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA A GESTÃO DA INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Geralda Genuina da Fonseca

Ruy Alves Rodrigues Pinheiro

Júnior Cleber Alves Paiva

Mariana Silveira de Oliveira

Rafael Luis da Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029091

CAPÍTULO 2..... 13

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO PRÓ-SEMIÁRIDO NA BAHIA

Carla Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.4812029092

CAPÍTULO 3..... 23

CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO COM SUPORTE EM UM CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Gislan Santos Sampaio

Jacqueline Cunha da Serra Freire

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.4812029093

CAPÍTULO 4..... 34

MOTIVAÇÕES PELAS QUAIS UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DEVA SE INTERESSAR PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes

DOI 10.22533/at.ed.4812029094

CAPÍTULO 5..... 52

O DEBATE SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: A CONTROVÉRSIA DOS ANOS 70 E A CONVERGÊNCIA NOS ANOS 90

Rodrigo Mendes Gandra

DOI 10.22533/at.ed.4812029095

CAPÍTULO 6..... 73

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E A CENTRALIDADE NA FAMÍLIA COMO PADRÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Lúcia Helena Dantas Martins

Ariele França de Melo

Andressa Sonja Pereira de Castro

Jéssica Katariny Oliveira da Silva

Emanuelle Monaliza de Sousa Gomes

Maria Tereza Martins de Souza

Leane Taise da Mota
Letícia Karoline Brito Medeiros Dantas
Felippe Silva dos Santos
Thássila Tamires Batista Alves
Shirlany Sayonara França Bezerra
Luana Maria Miranda de Moura Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029096

CAPÍTULO 7..... 85

O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A PERSPECTIVA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Gissele Carraro
Jane Cruz Prates
Solange Emilene Berwig

DOI 10.22533/at.ed.4812029097

CAPÍTULO 8..... 98

PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL: ENTRE A PREVIDÊNCIA OBRIGATORIA E A PREVIDÊNCIA VOLUNTÁRIA

Cleci Maria Dartora
Wilson Itamar Godoy

DOI 10.22533/at.ed.4812029098

CAPÍTULO 9..... 111

PROJETO OSC LEGAL: ADEQUAÇÃO LEGAL E CAPACITAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Edna Alves Muniz
Ana Laura Lavor de Castro

DOI 10.22533/at.ed.4812029099

CAPÍTULO 10..... 120

POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOB O PÊNDELO DA SUPERAÇÃO OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA?

Caroline Goerk
Fábio Jardel Gaviraghi
Gleny Terezinha Duro Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.48120290910

CAPÍTULO 11..... 132

A ROTA DAS EMOÇÕES NO CONTEXTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PIAUÍ/ BRASIL

Simone Cristina Putick
Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira
Luzia Neide Coriolano
Milton Augusto Pascotto Maniane
Maria Majaci da Silva

DOI 10.22533/at.ed.48120290911

CAPÍTULO 12.....	145
IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO PARA AS CIDADES	
Maria Laís Alves de Araujo	
Francisco Lucas de Lima Fontes	
Amanda Virgínia Lima do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.48120290912	
CAPÍTULO 13.....	156
POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS PERIFERIAS – ESTUDO DE CASO “A BATALHA DOS BARBEIROS”	
Veronica Diaz Rocha	
Newton Augusto Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.48120290913	
CAPÍTULO 14.....	171
A CONTRIBUIÇÃO DA EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	
Joanne Régis Costa	
DOI 10.22533/at.ed.48120290914	
CAPÍTULO 15.....	182
INCLUSÃO PRODUTIVA: UM OLHAR SOBRE A EXTENSÃO RURAL NO PROGRAMA DO BIODIESEL NO PIAUÍ	
Maria Elza Soares da Silva	
Cristiane Lopes Carneiro d’Albuquerque	
Luzineide Fernandes de Carvalho	
Boanerges Siqueira d’Albuquerque Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48120290915	
CAPÍTULO 16.....	194
O ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS NO CONTEXTO DOS SEUS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE	
André Luiz Miranda Silva Zopelari	
DOI 10.22533/at.ed.48120290916	
CAPÍTULO 17.....	209
POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA INTERNACIONAL: UM OLHAR PARA A REGIÃO FUNCIONAL 7/RS	
Edemar Rotta	
Neusa Rossini	
DOI 10.22533/at.ed.48120290917	
CAPÍTULO 18.....	223
MEDIAÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA: UM INSTRUMENTO POSSÍVEL DE COOPERAÇÃO MÚTUA	
Noemi Correa de Oliveira Feitosa	
Elisa Pinheiro de Freitas	

DOI 10.22533/at.ed.48120290918

CAPÍTULO 19.....235

A JUDICIALIZAÇÃO DE REGISTROS TARDIOS DE NASCIMENTO NA COMARCA DE
CORUMBÁ/MS

Adauto Ajala Dourado

DOI 10.22533/at.ed.48120290919

SOBRE O ORGANIZADOR.....251

ÍNDICE REMISSIVO.....252

CAPÍTULO 6

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E A CENTRALIDADE NA FAMÍLIA COMO PADRÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 19/08/2020

Lúcia Helena Dantas Martins

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Prefeitura Municipal de Mossoró
Mossoró-RN
<http://lattes.cnpq.br/6890537422744337>

Ariele França de Melo

Universidade Cândido Mendes (UCAM)
Apodi – RN
<http://lattes.cnpq.br/0450064819743627>

Andressa Sonja Pereira de Castro

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Mossoró – RN
<http://lattes.cnpq.br/4851941435035240>

Jéssica Katariny Oliveira da Silva

Universidade Cândido Mendes (UCAM)
Mossoró – RN
<http://lattes.cnpq.br/7702814434105053>

Emanuelle Monaliza de Sousa Gomes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Mossoró – RN
<http://lattes.cnpq.br/0174377392978281>

Maria Tereza Martins de Souza

Faculdade Educacional da Lapa (FAEL)
Mossoró-RN
<http://lattes.cnpq.br/7222552227800660>

Leane Taise da Mota

Universidade Cândido Mendes (UCAM)
Apodi – RN
<http://lattes.cnpq.br/0306083595338643>

Letícia Karoline Brito Medeiros Dantas

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Mossoró/RN
<http://lattes.cnpq.br/7776529937351443>

Felippe Silva dos Santos

Faculdade Educacional da Lapa (FAEL)
Ilhéus-BA
<http://lattes.cnpq.br/3934067500798133>

Thássila Tamires Batista Alves

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Mossoró – RN
<http://lattes.cnpq.br/5517485432931151>

Shirlany Sayonara França Bezerra

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Mossoró-RN
<http://lattes.cnpq.br/4761281957430610>

Luana Maria Miranda de Moura Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Mossoró – RN
<http://lattes.cnpq.br/9679786341762506>

RESUMO: As mudanças da questão social são inerentes às mudanças da sociabilidade. Concomitante às privatizações e minimização do Estado nas políticas sociais, tem-se a

intensificação da desigualdade social e, conseqüentemente, a criminalização da questão social, atingindo, principalmente, as famílias, que passam a assumir a responsabilidade de estabelecer garantias que deveriam ser do Estado. Partindo disso, o artigo que aqui se apresenta tem como objetivo contribuir com a discussão da questão social e o padrão de proteção das políticas sociais no Brasil na contemporaneidade, bem como os rebatimentos das políticas sociais no âmbito das relações familiares. A metodologia utilizada para tanto foi de natureza qualitativa, através de revisão de literatura. Assim, foi possível perceber a relevância das políticas sociais como estratégias de enfrentamento às expressões da questão social. Entretanto, não são todas as famílias que possuem seus direitos sociais garantidos, tampouco a capacidade de suprir essa ausência. Diante disso, destaca-se a importância do compromisso profissional, em destaque a/o Assistente Social, na prestação de ações, serviços e programas ofertados em lei pela Política de Assistência Social à estas.

PALAVRAS CHAVE: Questão Social, Políticas Sociais, Proteção Social, Família.

SOCIAL QUESTION, SOCIAL POLITICS AND THE CENTRALITY IN THE FAMILY AS PATTERN OF SOCIAL PROTECTION IN BRAZIL

ABSTRACT: The changes of Social Question are inherent to the sociability changes. Concomitantly the privatizations and minimization of the State in the social politics, has up the intensification of social inequality and, consequently, the criminalization of the social question, hitting, mainly, the families, which assume the responsibility to establish warranties which was to be of the State. Starting from that, this article has the goal to contribute with the discussion of the Social Question and the protection pattern of the Social Politics in the contemporary Brazil, as well as the battling of the Social Politics in the family relationships scope. The used methodology was from a qualitative nature, through bibliographical revision. That way, was possible to realize the relevance of the Social Politics as strategies to coping the Social Question's expressions. However, not all families have their social right granted, neither the capacity to supply this absence. That said, is important to highlight the professional commitment, in evidence of the Social Worker, in the provision of services, actions and programs offered by law through the Social Assistance Policy to these.

KEYWORDS: Social Question, Social Politics, Social Protection, Family.

1 | INTRODUÇÃO

As análises das políticas sociais nos levam a percorrer caminhos tortuosos e pertinentes num contexto histórico de muitas transformações sociais. No Brasil, elas estão relacionadas com as condições vivenciadas no aspecto econômico, político e social da classe trabalhadora e de suas famílias. Estas transformações que vêm ocorrendo na ordem capitalista, têm como conseqüências a questão social nas suas variadas formas de expressão que se apresentam como resultado da produção e reprodução das relações sociais.

As políticas sociais em alguns momentos são vistas como manutenção da força de trabalho, em outros como conquistas da classe trabalhadora ou como benesses das elites dominantes para garantir o processo de acumulação do capital. O presente artigo

tem como objetivo contribuir com a reflexão sobre a questão social e o padrão de proteção das políticas sociais no Brasil e na contemporaneidade, bem como os rebatimentos das políticas sociais no âmbito das relações familiares na atual conjuntura, a partir das novas configurações familiares.

Estas novas configurações estão expressas nas diversas refrações da questão social, dentre elas: as desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, pelas questões de gênero, étnico-raciais; evidenciando em causa amplos segmentos da sociedade civil estão aquém do acesso aos bens e serviços disponibilizados pelos serviços público, em destaque as políticas sociais.

21 A RELAÇÃO ENTRE A ORIGEM DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO SOCIAL

É na fase da passagem do capitalismo concorrencial (uso da máquina a vapor) para o capitalismo monopolista (fase de avanço tecnológico nas indústrias e uma nova divisão social técnica do trabalho) que as políticas sociais se generalizam como estratégia estatal de enfrentamento da questão social. Na agenda política da profissão do serviço social a questão social é ponto crucial e incontestável entre as principais referências intelectuais da área¹. Netto (2001, p. 41) afirma que “na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a *questão social* é ponto saliente, incontestável e praticamente consensual” entre todos pesquisadores que se intitulam marxista, o que não significa dizer que não haja posicionamento diferenciados.

Não há um consenso em torno das expressões da questão social, mas há uma linha de pensamento que vem se apresentando entre os principais pesquisados, muito embora haja entre eles no conjunto de suas obras pontos de divergências entre si. Contudo, observa-se cotidianamente que, além de surgirem novas expressões da *questão social* nas sociedades, outras antigas persistem e continuam a implicar diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora, que em grande parte vive em precárias circunstâncias de existência.

Iamamoto (2001) nos apresenta a *questão social* enquanto parte constitutiva do processo de acumulação capitalista e dos efeitos que produz sobre a classe trabalhadora, inclusive a forma tributária das posturas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa sendo elas cruciais para o surgimento das políticas sociais. Para a autora “a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2001, p. 16), assim como a emergência do trabalho livre.

1. A Revista Temporalis n° 3, de 2001 traz os posicionamentos de Iamamoto, Netto, Pereira, Yazbek, sobre a questão Social; e Behring e Boschetti nos presenteia com uma obra da biblioteca Básica do Serviço Social intitulada Política Social: fundamentos e história, vol. 2, 2011.

Segundo Netto (2001, p. 42) ao se analisar a historiografia disponível sobre questão social, esta sugere que o termo passou a ser usado no último quartel do século XVIII para dá conta do fenômeno da pauperização como consequência da primeira onda de industrialização ocorrida na Europa Ocidental. “Com efeito, a pauperização (nesse caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constitui o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial concorrencial”.

De acordo com Behring e Boschetti (2011) a gênese da questão social se relaciona com a forma em que os homens se organizam num determinado momento histórico na esfera da produção capitalista, refletindo na vida em sociedade, nas chamadas relações sociais. Essas autoras nos dizem ainda que o Estado tende a dar respostas as “expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital pelo trabalho” (idem, 2011, p. 51).

Na cena contemporânea, a *questão social* passa por um processo de reconfiguração, mediada pela contra-tendência da crise do Estado (IAMAMOTO, 2001), oriunda dos anos 70 do século XX, o que proporcionou profundas alterações na relação entre Estado e Sociedade Civil², alterando as formas de gestão do fator trabalho no contexto de mundialização do capital.

Para tanto, essas alterações nas relações entre Estado e Sociedade Civil expõem pelo menos quatro novas mediações históricas da *questão social* na contemporaneidade. São elas: a lógica do capital financeiro e seu processo de acumulação que tende a gerar recessão no mundo inteiro, ampliando as desigualdades sociais e o rendimento médio entre capital e trabalho sendo cada vez mais expressões da concentração de renda e do aumento da pobreza. Sobre esse processo de acumulação e desigualdade Salama (1999), citado em Iamamoto (2001), considerou como um *apartheid social*.

O segundo aspecto refere-se à substituição do padrão fordista - taylorista de produção pelo processo de acumulação flexível, reduzindo custos e ampliando as taxas de lucro, com a presença de um trabalhador polivalente para dá contas das tarefas dentro das empresas enxutas a partir da diminuição do quadro de pessoal e do incremento da tecnologia apoiada na robótica, na microeletrônica. O terceiro, por sua vez, trata-se das mudanças nas relações entre o Estado e Sociedade Civil concedida pela orientação neoliberal traduzida, tendo como resultante um conglomerado de privatizações da coisa pública em áreas estratégias de interesse privado, levando a uma saída programática do Estado de suas responsabilidades para com as políticas sociais. E, por último, como consequência de todas essas mudanças no padrão de acumulação capitalista, alteram não somente o âmbito econômico e político, mas também as formas de sociabilidade, tornando-se a “sociedade de mercado”, com uma lógica produtivista, competitiva, que incentiva o individualismo, reforçando o chamado “se virar” no mercado (IAMAMOTTO, 2001).

2. O conceito de Sociedade Civil foi ampliado por Gramsci sobre os estudos sobre a superestrutura e o bloco histórico. Ver: Portellis (1997, p. 18).

Mediante o exposto, o que presenciamos são novas formas de sociabilidade, na qual o mercado passa a gerir a vida dos indivíduos, assumindo-se como eixo regulador da vida em sociedade baseada na lógica da competitividade e da rentabilidade, tornando a eficácia e a eficiência critérios de avaliação da vida em sociedade.

Neves (2010) em seu artigo “A atualidade das ideias de Nico Poulantzas no entendimento das políticas sociais no século XXI”, nos mostra com maior nitidez essa nova estratégia do Estado burguês em se transformar de Estado produtor para Estado gestor da vida em sociedade, em especial das políticas sociais:

Quando o Estado produtor direto do aumento da produtividade da força de trabalho se metamorfoseia em Estado gestor da reprodução ampliada do capital e do trabalho, no capitalismo neoliberal, ele se desobriga da **execução direta** de parcela significativa das políticas sociais e amplia consideravelmente o número de parceiros na execução, garantindo a sua presença, **ainda que indiretamente** (NEVES, 2010, p. 105).

Neves (2010) evidencia que embora as políticas sociais estejam passando por um processo de privatização, estas ainda “continuam a se constituir em ação estatal estratégica na reprodução ampliada da força de trabalho, com vistas a reverter a queda tendencial da taxa de lucro” (idem, 2010, p. 105).

A perspectiva neoliberal traça, mediante as manifestações da questão social, uma armadilha na intenção de reduzir gastos e controle orçamentário, notadamente na área social, uma tendência a naturalizar as desigualdades sociais advindas da própria ordem capitalista no tocante ao aumento da produção e consumo de massa, fazendo intervenções focalizadas, seletivas e privatizadas na intenção de acúmulo de capital.

Neste cenário, as lutas sociais da classe trabalhadora são fundamentais, pois tendem a promover o rompimento do domínio privatizador nas relações entre capital e trabalho, suplantando a questão social para a esfera pública, cobrando a intervenção do Estado no reconhecimento e legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e serviços sociais. Para tanto, no contexto vigente, a *questão social* passa a ser objeto de um violento processo de criminalização, que atinge as classes subalternas e mais especificamente as famílias, na medida em que a estas recaem a responsabilidade de manter, fortalecer e estabelecer garantias das quais deveriam ser do Estado.

Dessa forma, percebemos que nessa conjuntura de avanços dos ideais neoliberais, ocorrem, conseqüentemente, maiores e mais fortes ataques às políticas e direitos sociais a fim de que a acumulação do capital somente, pois, nas palavras de Mito (2017, p. 230), “as políticas sociais têm se revelado um obstáculo para os interesses do capital em geral e do capital financeiro em particular” e por essa razão precisam estas políticas públicas são constantemente transformadas em compensatórias, pragmáticas e mínimas.

2.1 As políticas sociais e o processo de proteção social no Brasil: uma análise contemporânea

As análises das políticas sociais no Brasil nos mostram que cada vez mais estão relacionadas diretamente com às condições vivenciadas pelo país em níveis econômico, político e social. Faleiros (1991) diz que as políticas sociais devem ser compreendidas da seguinte forma:

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão. (FALEIROS, 1991, p.8)

Desta maneira, devemos analisar as políticas sociais dentro do modo de produção capitalista, ressaltando a fundamentação desse modelo de produção e as relações sociais de exploração por meio da venda da mão de obra, produção das mercadorias, imposição do valor de uso gerado da riqueza e de mais valia.

As políticas sociais, e em especial no âmbito do Serviço Social, vem ampliando sua relevância ao passo em que estas têm-se constituído como estratégias fundamentais de enfrentamento das manifestações da *questão social* na sociedade capitalista atual. No entanto, não podemos precisar um período específico do surgimento das primeiras identificações chamadas políticas sociais, “visto que, como processo social, elas se originam na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo como a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal” (Piana, 2003, p.22), ou seja, a partir da relação com os movimentos de massa e formação dos estados-nação na Europa Ocidental do final do século XIX se tornaram determinantes para a mudança da natureza do Estado Liberal.

A classe trabalhadora durante esse período de luta pela emancipação humana e pela socialização da riqueza conseguiu assegurar ao conjunto dos trabalhadores alguns direitos, dentre eles o direito ao voto e o de organização sindical. A generalização desses direitos só aconteceu no início do século XX, contribuindo para a ampliação dos direitos sociais, que tiveram papel importante no processo de tencionar, questionar e provocar mudanças no papel do Estado capitalista. Dentre essas mudanças temos o surgimento das políticas sociais, orientadas pelo seguro social como ação de proteção social estatal ao trabalhador. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais, ampla, “planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade” (Behring e Boschetti, 2011 p.64).

Zola (2015) diz que a proteção social pública é tributária do processo de industrialização e das contradições entre capital e trabalho do século XIX, já que estes imputaram aos trabalhadores e suas famílias vários agravos de doenças, desemprego

e/ou morte logo no início da industrialização, na qual se evidenciou pela primeira vez o fenômeno do pauperismo, comumente chamado de *questão social*. “As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento [...] da questão social no capitalismo” (Behring e Boschetti, 2011, p. 51) que são, dentre outras formas, estratégias que a classe dominante se utiliza para o enfrentamento das expressões da *questão social* e da luta de classe entre capitalistas e proletariados.

3 I A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NO PADRÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL

A família tem se colocado como um dos eixos de proteção existentes na sociedade e ao longo do tempo como forma básica de organização social de sobrevivência da espécie humana. As funções de cuidados com seus membros que vai além do ambiente privado, assume as dimensões econômicas e sociais que passam a gerir o padrão de proteção das políticas sociais.

A centralidade da família no padrão de proteção social como decorrência da crise do mercado e do interesse do Estado em ser apenas gestor das políticas sociais públicas, nos conduz novamente para mecanismos tradicionais de integração social, de partilha de responsabilidades tendo como referência países europeus e outras formas de sociabilidade e de autoajuda como forma de enfrentar a crise econômica do sistema de proteção social, onde a família é responsabilizada, em sua quase totalidade nas responsabilidades das mulheres, pela proteção social de todos os membros de caráter estatal. Dessa forma, Familismo pode ser “entendido como um padrão de interrelação reinante na sociedade, em que no nível macrosocial, na organização dos sistemas de proteção social, a família é colocada como instituição provedora central de bem-estar” (HORST; MIOTO, 2017, p. 231).

O século XX trouxe significativas mudanças para a vida em sociedade, e em especial ao universo familiar. Com a chegada da industrialização e a divisão do trabalho comercial e industrial provocaram significativas mudanças na sociedade e nas relações entre os indivíduos. Desta forma “[...] a família, inserida no contexto social, tem suas relações interiores influenciadas pelas mudanças ocorridas” (OLIVEIRA, 2009, p.25) em sociedade. A família sofreu diretamente as influências das mudanças de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial e enfrentou, ao longo desse processo de mudança, as transformações sociais do país, sobretudo com a predominância do monopólio do capital, exigindo que todos os membros destas composições familiares fossem buscar fora da economia doméstica o seu próprio sustento, refletindo nitidamente no modo de organização dos espaços familiares, sendo influenciada pelas normas culturais vigentes, redefinindo sua composição e as relações estabelecidas entre os indivíduos, enquanto sujeitos pertencentes ao sistema capitalista.

Todo esse processo leva a família apresentar, novas configurações, modificando as relações estabelecidas em seu interior e redefinido os papéis outrora exercidos pelo pai e/ou pela mãe. Nos dias atuais, portanto, não podemos apenas falar em um modelo de família, mas sim em várias configurações de famílias em seus diferentes arranjos, não somente levando em consideração os laços consanguíneos, mas, sobretudo, os laços de afetividade e finalidade, como por exemplo as famílias formadas por casais homoafetivos, aquelas nas quais exista apenas um dos genitores e os filhos, ou aquelas nas quais, devido às mais diversas circunstâncias, reúne em um mesmo espaço de habitação, várias gerações, tornando a convivência intergeracional.

Mediante essas transformações, o Direito de Família em momentos históricos determinados avança no tocante a garantia do reconhecimento da unidade familiar de casais do mesmo sexo, mas encontra resistência na efetivação desses direitos no conservadorismo crescente em nossa sociedade, como descrito por Mello (2006),

[...] família é uma instituição social, resultante de um acordo entre distintos atores políticos acerca de quais agrupamentos conjugais e parentais devem contar com a proteção do Estado e a legitimidade da sociedade. Especificamente no Brasil, porém, em face do vazio legal, temos nos deparados com situações contraditórias, em que a dimensão familiar dos vínculos afetivos-sexuais entre gays e entre lésbicas ora é afirmada, ora é negada (MELLO, 2006, p.498).

Souza et al (2012, p. 107), explicita que o conceito de família pode ser compreendido como: [...] pela formação de laços consanguíneos ou não, convivendo sob mesmo teto, de forma que o modelo de organização, a função dos papéis familiares e as relações de afeto determinem a configuração a qual está inserida.

As famílias na contemporaneidade não se definem somente pela possibilidade do casamento ou do envolvimento do ato sexual, mas sim pelo afeto que permeia o relacionamento entre os sujeitos, sendo a questão da afetividade elemento essencial a essas novas configurações familiares. Sendo assim, a afetividade “o principal sentimento a sustentar a formação dos relacionamentos conjugais [...]” (SOUZA et al 2012, p. 110).

O modelo de família composto por pai, mãe e filho sofre de forma mais intensa essas transformações, com consequência direta na dissolução da união conjugal das famílias gerando pedidos de divórcio ou constituição e dissolução de união estável, hoje também já reconhecida pelo Código Civil de 2003; já em 2010 através da Emenda Constitucional de nº 66/2010, que altera o § 6º do art. 226 da Constituição Federal, passou a vigorar com a seguinte redação: “o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio”.

Para Silva (2013) essa pode ser uma das mudanças mais significativas que o Direito de família realizou nos últimos anos, pois através dessa EC busca-se “de forma efetiva garantir, antes de qualquer coisa, o direito a dignidade humana, e é onde se encontra de forma clara um Estado mínimo que deixa a critério dos cônjuges decidirem sobre a sua própria

vida matrimonial”. O divórcio Direto a partir de 2010 passou a configurar como direito dos cônjuges que não mais enseje em permanecerem com os laços matrimoniais; a chamada nova lei do divórcio brasileiro permite as partes reconstruírem seus relacionamentos sem a espera de um lapso de tempo.

Conforme Andrade (2005) *apud* Silva (2013) os papéis desempenhados na família começam a se modificar com a separação; diante disso novos membros tendem a incorporar o núcleo familiar, enquanto que outros o deixam para constituir outra família. Essas transformações familiares vêm impactando a composição familiar e sua dinâmica interna, como pode ser observado no Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na qual nos apresenta que os resultados alcançados comprovam mudanças vivenciadas na família brasileira.

Entre essas mudanças destacamos os seguintes resultados: foram coletadas informações em 57 milhões de unidades domésticas, onde 50 milhões dessas eram habitadas por duas pessoas ou mais com parentesco. Os dados coletados ressaltam que a maioria das famílias é do tipo mais tradicional. “Da ordem de 80% das famílias são nucleares, que são casais com filhos ou monoparentais, que é a mãe ou o pai com filhos. Além disso, 18% são famílias extensas, onde existe, além do núcleo principal, alguém não parente. Somente 1,7% são de unidades compostas por pessoas sem quaisquer tipos de laço consanguíneo, como empregado doméstico e/ou agregado.

A pesquisa também mostrou que existem 4 milhões de unidades domésticas com famílias conviventes, proporção que subiu de 13,9%, em 2001, para 15,4% no ano do recolhimento das informações. Além disso, 91% dessas tem apenas dois núcleos familiares, mas 3,6 mil casas tinham cinco ou mais famílias. O censo incluiu no questionário aplicado a todos os domicílios do Brasil a pergunta sobre a situação dos filhos nas famílias. Foi verificado se o filho é do casal, apenas do responsável ou apenas do cônjuge, além de outras configurações. O número de casais sem filhos aumentou consideravelmente, passou de 14,9%, em 2001, para 20,2% em 2010. Segundo o IBGE, o motivo seria a maior participação da mulher no mercado de trabalho, que levaria ao adiamento da gravidez.

Sem dúvida a família brasileira passou por profundas mudanças nesse último quartel do século XX. No geral elas são menores, a proporção de mulheres que comandam seus lares não é um fato isolado como também o aumento de pessoas que moram sozinhas vem crescendo nos últimos tempos, o que nem sempre está relacionado com levados níveis de renda segundo Mosere e Gelinsk (2015).

Dessa forma, entendemos que

[...] a relação entre política social e famílias, dependendo da compreensão que se tem de ambas as instituições, constitui uma confluência perversa. Isso porque, se apostarmos na política social como espaço de disputa junto a famílias, essa relação pode ser de potência. No entanto, o que se legitima é uma relação perversa – já estabelecida *a priori* – na qual a política social,

longe da possibilidade de desvendamento da realidade como forma de luta, tenderá sempre a jogar para cima das famílias responsabilidades que elas, dadas as suas condições objetivas de vida, não são capazes de assumir. Entender essas contradições a partir da atuação profissional e as opções que temos feito ou não, historicamente, junto ao trabalho com famílias é a tarefa necessária (HORST; MIOTO, 2017, p. 232).

Assim, em meio a essas transformações, torna-se inegável que esse contexto exige do/a assistente social uma formação profissional baseada em princípios teóricos/metodológico, ético/político e técnico/operativo, que possibilitem ao profissional uma visão crítica e capaz de compreender as novas determinações sociais para a família brasileira diante dos novos contextos e alterações da vida em família.

Portanto, é indiscutível que, diante do padrão histórico de proteção social que tende a privilegiar e a conservar um único modelo de família, o modelo nuclear³, e, conseqüentemente, deixando de fora e/ou limitando a cobertura das políticas sociais para os diversos arranjos familiares. Logo, é fundamental o compromisso do/a assistente social no atendimento e na prestação de ações, serviços e programas, ofertados em lei pela Política de Assistência Social e que possuem a finalidade de atender as inúmeras e múltiplas necessidades postas por todas as mais diversas pessoas, no que diz respeito a busca de respostas para as inúmeras expressões da questão social nas quais estão inseridas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas sociais, em especial no âmbito do Serviço Social, vêm ampliando sua relevância ao passo em que estas têm-se constituído como estratégias fundamentais de enfrentamento das manifestações da questão social na sociedade capitalista atual. A família sentiu as influências das mudanças da sociedade agrária para a industrial, bem como a dominância do capital monopolista, que passou a exigir de todos os membros familiares fossem em busca do seu sustento fora do âmbito doméstico.

Esse processo trouxe novas configurações do meio familiar, modificando as relações e redefinindo os papéis de pai e mãe. Nesse sentido, não se pode referenciar somente um modelo de família, mas sim em suas variadas configurações. A EC nº 66/2010, ao vigorar que o casamento pode ser dissolvido pelo divórcio, foi uma significativa mudança no âmbito do direito da família, na qual os cônjuges decidem a própria vida. Segundo dados do IBGE, é possível perceber as novas configurações de 2001 para 2010, pois os casais sem filhos passaram de 14,9% para 20,2% e ocasionando a maior participação das mulheres no mercado de trabalho.

A relação entre política social e família pode ser vista tanto como um campo de disputa como uma relação de potência. Entretanto, o que se legitima é uma relação

3. De acordo com Carnut e Faquim, a família nuclear “[...] é aquela composta de um homem e uma mulher que coabitam e mantêm um relacionamento sexual socialmente aprovado, tendo pelo menos um filho” (2014, p.64).

perversa, como afirma Horst e Miotto (2017), na qual a política social tende sempre a jogar para as famílias as responsabilidades que não são capazes de assumir. Nesse sentido, nem todas as famílias possuem essa capacidade de suprir a ausência da garantia dos direitos sociais e, além disso, diante do padrão histórico de proteção social a tendência que há é de privilegiar e a conservar um único modelo de família, o modelo nuclear⁴, e, conseqüentemente, deixando de fora e/ou limitando a cobertura das políticas sociais para os diversos arranjos familiares.

Dessa forma, podemos afirmar que é fundamental o compromisso do/a assistente social no atendimento e na prestação de ações, serviços e programas, ofertados em lei pela Política de Assistência Social e que possuem a finalidade de atender as inúmeras e múltiplas necessidades postas, no que diz respeito a busca de respostas para as inúmeras expressões da questão social nas quais estão inseridas.

REFERÊNCIAS

BEHRNG, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história** – 9. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm acesso em: 01 de julho de 2020.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66, DE 13 DE JULHO DE 2010**. Disponível:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc66.htm Acesso em: 01 de julho de 2020;

BRASIL. Lei de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil Brasileiro**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm acesso em: 1 de julho de 2020.

CARNUT, Leonardo; FAQUIM, Juliana. **Conceitos de família e a tipologia familiar**: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. p.62-70, 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

HORST, Claudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo?**. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, v. 15, p. 228-246, 2017.

IAMAMOTO, Maria Vilella. A questão Social no Capitalismo. In **Revista Temporalis**, Cortez Editora; São Paulo, 2001, p. 9 – 32.

IBGE. **Censo Demográfico 2010, Famílias e Domicílios**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf acesso em: 01 de julho de 2020.

MELLO, Luiz. **FAMILISMO (ANTI) HOMOSSEXUAL E REGULAÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL**. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(2): 248, maio - agosto/2006.

4. De acordo com Carnut e Faquim, a família nuclear “[...] é aquela composta de um homem e uma mulher que coabitam e mantêm um relacionamento sexual socialmente aprovado, tendo pelo menos um filho” (2014, p.64).

MOSER, Liliane; GELINSK, Carmem Rosário Ortiz Gutierrez. **Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais** In *Familismo, direito e cidadania: contradições da política social*. (org.) São Paulo: Cortez, 2015, p. 125 - 145.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a propósito da “Questão Social”**. In *Revista Temporalis*. Editora Cortez; São Paulo, 2001, p.41- 49.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A atualidade das ideias de Nico Poulantzas no entendimento das políticas sociais no século XXI**. In *germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 1, nº 2, p.97-111, jan. 2010.

OLIVEIRA, NHD. **Contexto familiar**. In *Recomeçar: família, filhos e desafios* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236p. ISBN 978 - 85 - 7983 0365 -. Available from SciELO Books. <<http://books.scielo.org>>.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo :Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books Disponível em: <http://books.scielo.org>.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Trd. Angelina Paiva. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997. Cap. I, II e III.

SILVA, Vanusa Santos da. **Separação: uma Criança Vítima da Alienação Parental. Psicologado**, [S.l.]. (2013). Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-juridica/separacao-uma-crianca-vitima-da-alienacao-parental>. Acesso em 5 Ago. 2020.

SOUZA, et al. **Novos arranjos familiares e os desafios ao direito de família: uma leitura a partir do Tribunal de Justiça do Amazonas**. revista Eletrônica de humanidade do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP.ISSN 1984 - 4352. Macapá, n.5, p.105-119, dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.inifap>. Acesso em: 01 de julho de 2020.

ZOLA, Maria Bueno. **Políticas Sociais, família e proteção social básica: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países**. In *Familismo, direito e cidadania: contradições da política social*. (org.) São Paulo: Cortez, 2015, p. 45 - 93.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração Pública 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 108, 147, 155, 156, 157, 221, 226, 251

Agricultura Familiar 14, 17, 125, 175, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192

Amazônia 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 251

Assistência Social 74, 82, 83, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 103, 105, 125, 154, 212, 215

Avaliação 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 38, 77, 90, 111, 113, 114, 118, 147, 155, 164, 169, 175, 176, 178, 194, 195, 196, 201, 206, 207, 251

B

Biodiesel 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Brasil 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 22, 25, 28, 32, 33, 36, 39, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 83, 86, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 154, 155, 157, 161, 165, 166, 171, 173, 174, 177, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 207, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 247, 249, 250

C

Capacitação 20, 94, 111, 112, 113, 114, 115, 128, 129, 160, 167, 168, 176, 226, 229, 232

Capital Humano 3, 4, 11, 17, 28, 52, 53, 55, 61, 62, 63, 68

Capitalismo 75, 76, 77, 78, 79, 83, 124, 221

Cidadania 23, 24, 32, 83, 84, 86, 87, 97, 156, 157, 162, 168, 169, 223, 224, 226, 232, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 247, 251

Cidade 7, 31, 114, 120, 125, 128, 141, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 161, 168, 238, 244

Controle Social 23, 24, 25, 31, 32

Cooperação 13, 14, 35, 43, 44, 47, 49, 93, 103, 121, 139, 168, 189, 202, 223, 224, 229, 230, 231, 233

D

Desenvolvimento 3, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 55, 60, 69, 70, 71, 78, 85, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 103, 104, 112, 114, 115, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135,

136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 154, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 194, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 231, 234, 239, 251

Desigualdade 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 122, 126, 149, 214

E

Economia Criativa 23, 25, 27, 28, 30, 32, 33

Economia Solidária 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 170, 172

EMBRAPA 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 193, 196, 200, 207

Extensão Rural 175, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193

F

Família 73, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 100, 127, 178, 186, 187, 219, 225, 229, 230, 231, 235, 236

Formulação 18, 23, 24, 26, 31, 37, 38, 48, 87, 90, 140, 147, 148, 153, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 180, 185, 186

Fronteira 167, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 241, 242, 247, 248

Fundo Público 209, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222

G

Gestão Pública 1, 5, 10, 13, 14, 15, 20, 23, 24, 25, 31, 34, 50, 103, 131, 146, 161, 169, 251

Governança 111, 112, 113, 114, 118, 119, 140, 174, 181, 222

H

Habitação 80, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 212, 215

I

Implementação 7, 18, 19, 23, 24, 26, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 46, 48, 93, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 127, 133, 136, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 152, 153, 155, 167, 169, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 189, 190, 191, 193, 206, 226

Inclusão 91, 121, 122, 123, 130, 137, 146, 154, 163, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 191, 192, 222, 226

Inovação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 45, 158, 168, 172, 174, 175, 180, 251

Interdisciplinaridade 85, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97

M

Mediação 37, 124, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234

Mercado de Trabalho 53, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 81, 82, 126, 127, 166

Município 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 40, 41, 48, 130, 140, 160, 161, 184, 186, 188, 207, 214, 241, 243

N

Nordeste Brasileiro 132, 133

O

Organizações da Sociedade Civil 111, 112, 113, 114, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129

P

PAC 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Periferia 149, 156, 158, 159, 169

Planejamento 7, 8, 21, 27, 29, 69, 71, 72, 109, 110, 112, 137, 140, 141, 144, 149, 150, 153, 154, 166, 168, 178, 210, 221, 222, 239

PNPB 183, 184, 185, 186, 191, 193

Política Pública 23, 24, 28, 30, 31, 34, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 48, 50, 90, 120, 122, 123, 129, 130, 135, 142, 146, 149, 151, 172, 176, 177, 185, 186, 188, 189, 191, 194, 195, 199, 203, 205, 206, 221, 222, 224, 232

Políticas Culturais 27, 156, 157, 159, 161, 169

Políticas Sociais 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 90, 97, 123, 154, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222

Previdência Privada 98, 99, 101, 102, 106, 107, 108

Previdência Social 86, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110

Programa de Regionalização do Turismo 132, 133, 138, 142

Proteção Social 73, 74, 78, 79, 82, 83, 84, 87, 90, 91, 92, 96, 103, 104, 105, 131, 216

R

Reformas Previdenciárias 99, 102, 103

Registro Tardio 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250

Renda 17, 27, 30, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 81, 99, 100, 107, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 133, 138, 139, 149, 150, 152, 163, 166, 168, 172, 177, 178, 179, 183, 185, 186, 200, 203, 216, 218, 219

Rota das Emoções 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142

S

Seguridade Social 86, 101, 103, 104, 105, 109

SENAES 122, 123, 124, 125, 129

SUAS 5, 8, 9, 18, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 35, 42, 46, 48, 49, 50, 53, 57, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106, 112, 114, 121, 123, 126, 127, 136, 143,

146, 148, 151, 153, 154, 158, 160, 164, 165, 171, 173, 179, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 209, 212, 217, 220, 230, 233, 235, 236, 237, 238, 239

Sustentabilidade 26, 109, 111, 112, 113, 118, 126, 141, 142, 160, 168, 171, 172, 174, 178, 180, 194, 195, 196, 197, 201, 208

T

Trabalhadores 33, 51, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 78, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 100, 102, 108, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129

Trabalho Interdisciplinar 85, 87, 91, 92, 93, 96, 97

Turismo 27, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

U

Urbanização 138, 145, 148, 149, 151, 152

Z


Zoneamento 175, 177, 179, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 